

**MICHELE GIAMBERARDINO FABRE**

**RESPONSABILIDADE CIVIL: O SEGURO E O DIREITO AMBIENTAL  
PARA PRESERVAÇÃO DA NATUREZA E DA ESPÉCIE HUMANA**

**CURITIBA**

**2002**

**MICHELE GIAMBERARDINO FABRE**

**RESPONSABILIDADE CIVIL: O SEGURO E O DIREITO AMBIENTAL  
PARA PRESERVAÇÃO DA NATUREZA E DA ESPÉCIE HUMANA**

**Monografia apresentada como requisito  
parcial à obtenção do grau de bacharel  
em Direito pela Faculdade de Direito da  
Universidade Federal do Paraná.**

**Orientador: Prof. Elimar Szaniawski**

**CURITIBA  
OUTUBRO 2002**

## **TERMO DE APROVACAO**

**MICHELE GIAMBERARDINO FABRE**

### **RESPONSABILIDADE CIVIL: O SEGURO E O DIREITO AMBIENTAL PARA PRESERVAÇÃO DA NATUREZA E DA ESPÉCIE HUMANA**

Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção de grau de bacharel no Curso de Direito da Universidade Federal do Paraná, pela Comissão formada pelos professores:

Orientador: Prof. Elimar Szaniawski  
Setor de Ciências Jurídicas, UFPR

Prof. Antonio Alves do Prado Filho  
Setor de Ciências Jurídicas, UFPR

Prof. Eroulths Corthiano  
Setor de Ciências Jurídicas, UFPR

Curitiba, 21 de novembro de 2002

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>2</b>	<b>RESPONSABILIDADE CIVIL.....</b>	<b>4</b>
2.1	RESPONSABILIDADE CIVIL SUBJETIVA.....	10
2.2	RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA.....	11
<b>3</b>	<b>CONTRATO DE SEGURO.....</b>	<b>14</b>
3.1	CLASSIFICAÇÃO DOS SEGUROS.....	16
<b>4</b>	<b>DANO AMBIENTAL.....</b>	<b>18</b>
4.1	RESPONSABILIDADE OBJETIVA EM DANOS AMBIENTAIS.....	26
<b>5</b>	<b>SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANO AMBIENTAL.....</b>	<b>33</b>
5.1	VANTAGENS DO SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANO AMBIENTAL.....	37
<b>6</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>40</b>
<b>7</b>	<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>43</b>

## RESUMO

O direito ao meio ambiente saudável e ecologicamente equilibrado é direito fundamental dos homens. Estes direitos representam, na verdade, situações reconhecidas juridicamente sem as quais o homem é incapaz de alcançar sua própria realização e desenvolvimento plenamente. Resultam da luta dos homens por um direito ideal, justo e humano.

Contudo, somente a partir da Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente em 1972 é que se começou a vislumbrar a necessidade de legislação específica em relação à proteção do meio ambiente.

É no campo da prevenção que se destaca o papel do seguro de responsabilidade civil por dano ambiental, haja vista ser um mecanismo que assegura o pagamento da indenização decorrente de danos ocasionados ao meio ambiente, bem como estarem os custos decorrentes da reparação dos danos ambientais cobertos pela apólice.

As companhias seguradoras exercem, assim, papel de prevenção aos riscos, isto porque nenhuma seguradora concede cobertura a danos ambientais sem antes se certificar que o segurado tenha tomado determinadas medidas para evitar a realização do sinistro, nem que seja pelo menos dado cumprimento à legislação ambiental sendo o valor do prêmio proporcional à gestão ambiental adotada pela atividade desempenhada pelo segurado.

Quanto à responsabilidade civil existente quando da ocorrência do dano ambiental, o causador do dano responde objetivamente por este dano causado. A responsabilidade objetiva decorre do art. 225, parágrafo 3º da Constituição Federal de 1988, onde está estabelecido o dever de reparar o dano causado ao meio ambiente sem estipular critério que indique que a responsabilidade civil se dará mediante prova de nexos causal e culpabilidade do transgressor. Havendo a recepção do art. 14, parágrafo 1º da Lei n.º 6.938/81

## 1. INTRODUÇÃO

O direito ao meio ambiente sadio é direito difuso por excelência. Não há individualização do titular desse direito. Todos os seres humanos têm esse direito, tanto das gerações presentes quanto futuras. A afirmação de direitos e interesses coletivos são exigências de reconhecimento e proteção a bens jurídicos. O fim último do direito ambiental é a proteção da espécie humana. Essas exigências de proteção a novos bens jurídicos, como o direito de não viver num ambiente poluído, originaram mudanças sociais e desenvolvimento técnico apto a protegê-los.

Para se compreender melhor a atual proteção ao meio ambiente, deve-se fazer um retrocesso histórico. A história dos danos ambientais coincide com o surgimento do homem no planeta, que já através do início da prática agrícola provocou enormes alterações nas relações ecológicas, seja pelos desmates ou pela prática da monocultura. Com a transformação da economia de agro-industrial à industrial, os danos ambientais atingiram proporções assustadoras, motivando a necessidade de se editar normas jurídicas, que os contivessem em limites toleráveis.

Percebe-se que o Direito Ambiental surgiu em decorrência da necessidade de defesa dos direitos fundamentais dos homens e da manutenção do equilíbrio natural, essenciais para a qualidade de vida, de modo que o desenvolvimento industrial e tecnológico se dê respeitando o meio ambiente.

Em 1972, a preocupação com os danos ambientais gerou a Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente, refletida no item 2 de seu Preâmbulo:

*“A proteção e a melhoria do meio ambiente humano constituem desejo permanente dos povos do globo e dever de todos os Governos, por constituírem o aspecto mais relevante que afeta o bem estar dos povos e o desenvolvimento do mundo inteiro”.*

Já em seu Princípio n.º 22 foi estabelecida a indenização às vítimas de danos ambientais: *“Os Estados cooperarão para o desenvolvimento do direito internacional,*

*no tocante às questões legais de responsabilidade e indenização às vítimas da poluição e de outros danos ambientais causados a áreas situadas além da jurisdição de tais Estados, por atividades realizadas dentro de sua jurisdição, ou sob seu controle.”*

A partir deste momento, os países começaram a legislar sobre o direito ambiental, chegando ao ponto de hodiernamente existir tratamento preventivo, reparatório e repressivo.

A reparação do dano, através da responsabilidade civil objetiva se dá após o dano ter ocorrido, assim como os meios repressivos eles agem *post factum*. Por isso, os meios preventivos se mostram mais eficazes, haja vista que já tendo o dano ambiental ocorrido, a sua restauração é demasiadamente dificultosa, geralmente não conseguindo a reparação *in integrum*. Dando ensejo à substituição do bem atingido por uma soma monetária que idealmente a substitua.

Sendo assim, a adoção de meios preventivos à ocorrência de danos ambientais é a regra de ouro em matéria ambiental, dado que quando se produz um dano ao meio ambiente, resta muito difícil a retomada das coisas ao seu *status quo ante*. Seja porque resultam irrecomponíveis em espécie, seja porque o custo desta recomposição não pode ser economicamente suportada por seus responsáveis.

O direito ambiental deve centrar sua atenção na ênfase preventiva já que a via sancionadora ou coativa se encontra muito limitada no tocante a sua eficácia posterior.

Neste campo da prevenção é que se destaca o papel do seguro de responsabilidade civil por dano ambiental. Além de ser um mecanismo de indenização em casos de danos ambientais, os custos da sua reparação se encontram cobertos pela apólice. Estas indenizações cobertas pelo seguro são as decorrentes de danos ambientais que ocasionaram prejuízos à pessoa física ou ao patrimônio de sujeitos de direito.

As companhias seguradoras exercem o papel de prevenção aos riscos, isto porque nenhuma seguradora concede cobertura a danos ambientais sem antes se

certificar que o segurado tenha tomado determinadas medidas para evitar a realização do sinistro, nem que seja pelo menos o cumprimento da legislação ambiental e porque o valor do prêmio é proporcional à gestão ambiental adotada pela atividade desempenhada pelo segurado. Sendo assim, as companhias seguradoras constituem-se verdadeiros auditores ambientais, e a contratação de um seguro de responsabilidade civil por dano ambiental em uma ferramenta de gestão ambiental.



## 2. RESPONSABILIDADE CIVIL

O Código Civil Brasileiro de 1916 abordou em um único artigo, o art. 159<sup>1</sup>, a questão da responsabilidade civil, que abrange de modo amplo todos os rumos que o tema engloba, regulamentando amplamente este assunto tão complexo. Este referido artigo descreve em seu conteúdo os pontos fundamentais e direcionados para a imputação de uma sanção, caso haja dano decorrente de uma obrigação não cumprida.

O Novo Código Civil preserva no caput do art. 929<sup>2</sup> a responsabilidade civil fundada na culpa do agente e inova, em seu parágrafo único, ao estabelecer a responsabilidade independente da culpa para hipóteses previstas em leis especiais e para casos em que a atividade normalmente desenvolvida pelo agente gere situação de risco para os direitos de outrem por si mesma.

Para melhor entendimento, faz-se necessário a conceituação de responsabilidade civil, que pode variar segundo o prisma pelo qual é abordada, porém mantém sempre a mesma essência, que é a idéia de reparação.

Caio Mário da Silva Pereira a conceitua assim: *“A responsabilidade civil consiste na efetivação da responsabilidade abstrata do dano em relação a um sujeito passivo da relação jurídica que se forma. Reparação e sujeito passivo compõem o binômio da responsabilidade civil, que então se enuncia como o princípio que*

---

<sup>1</sup> “Art. 159. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência violar direito, ou causar prejuízo a outrem, fica obrigado a reparar o dano.

A verificação da culpa e a avaliação da responsabilidade regulam-se pelo disposto neste Código, arts. 1.518 a 1.532 e 1.537 a 1.553.”

<sup>2</sup> “Art. 929. Aquele que, por ato ilícito (art. 186 e 187), causar dano a outrem, é obrigado a repará-lo.

Parágrafo único. Todavia, haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.”

*subordina a reparação à sua incidência na pessoa do causador do dano*<sup>3</sup>.

Através desse conceito, o ilustre jurista subordina o sujeito passivo ao cumprimento de um dever de indenizar, reparar o dano que causou a outrem, independentemente de existir culpa em sua conduta, isto é, independe do fundamento e da vontade que motivou o sujeito passivo, basta a ocorrência do dano para que surja a obrigação de indenizar ou de reparar.

Por outro lado, somente ao lesado cabe o direito de requerer que o dano que sofreu seja reparado, desse modo, tem o direito subjetivo de exercê-lo ou não, ou até mesmo desobrigar o sujeito passivo, por meio de uma cláusula contratual, de se responsabilizar pelo dano, evidenciando o caráter privatista da responsabilidade civil. Porém, a vítima exigindo a reparação do seu prejuízo, a sociedade reagirá através da indenização a ser paga pelo sujeito passivo, mesmo assim, é de interesse exclusivo do prejudicado, se este se resignar a sofrer o prejuízo e se mantiver inerte, nenhuma consequência advirá para o agente causador.

Já, para o mestre Rui Stocco<sup>4</sup> a responsabilidade civil seria o resultado obtido do comportamento humano, expressado por meio de uma ação ou omissão, em face de um dever ou de uma obrigação prevista no ordenamento jurídico; quando atua de maneira diferente da consagrada pelas regras ou pelos princípios gerais, surge a responsabilidade civil uma vez que esta é decorrente da prática pelo sujeito passivo de ato ilícito. Assim, esse jurista conceitua:

*“ Deter-nos-emos na responsabilidade civil, que em nosso entender, constitui a obrigação pela qual o agente fica adstrito a reparar o dano causado a terceiro.*

*Na origem dessa figura está a noção de desvio de conduta. Ou seja: a teoria da*

---

<sup>3</sup> PEREIRA, Caio Mário da Silva. Responsabilidade Civil. Rio de Janeiro: Forense, 09ª edição, 1999, p. 16.

<sup>4</sup> STOCOCO, Rui. Responsabilidade Civil e sua interpretação jurisprudencial: doutrina e jurisprudência. São Paulo: Revista dos Tribunais, 4ª ed. Rev. Atualizada e ampl., 1999, p. 63.

*responsabilidade civil foi edificada para alcançar as ações praticadas em contrário ao direito (tomado no sentido de directus ou rectus, isto é, reto, em linha reta)."*

Entende que para haver ato contrário ao direito, isto é, ato ilícito, deve existir uma ação ou omissão realizada conscientemente pelo autor (imputabilidade), que viole a ordem jurídica e que penetre na esfera de outrem. Denota-se que para Rui Stocco, o comportamento deve ser imputável à consciência do agente por dolo ou culpa. Desse comportamento ilícito decorre a responsabilidade civil, a qual gera a imputação do resultado danoso ao agente, que terá de reparar o dano que ocasionou, o que geralmente é feito através da sujeição de seu patrimônio, pois nem sempre é possível a reparação específica.

Cabe, aqui, esclarecer que na responsabilidade civil não há espaço para indagações acerca de se o ato praticado, que causou dano ao particular, ameaçou a ordem social. Cabe, sim, indagar se efetivamente ocorreu ou não o dano, porque somente a partir deste é que há responsabilidade civil, uma vez que esta decorre de ação ou omissão, dolosa ou culposa, que causa um prejuízo na esfera jurídica da vítima. Ou, como ensina Silvio Rodrigues: *"Princípio Geral de direito, informador de toda a teoria da responsabilidade, contraditório no ordenamento jurídico de todos os povos civilizados e sem o qual a vida social é inconcebível, é aquele que impõe, a quem causa dano a outrem, o dever de o reparar."*<sup>5</sup>. Evidencia que somente havendo prejuízo é que surge o dever de reparar, pois há situações em que a lei ordena a reparação do dano mesmo tendo sido a conduta do agente lícita ou tenha sido procedida sem culpa.

A principal questão que se levanta é a de saber como o prejuízo causado à vítima deve ser reparado por quem o causou; ou seja, em que condições e de que maneira far-se-á a reparação desse prejuízo, quais os limites a serem respeitados, porém, sempre objetivando a satisfação das necessidades da pessoa prejudicada,

---

<sup>5</sup> RODRIGUES, Silvio. Responsabilidade Civil, 3ª Edição, 1979, p. 13.

tentando restabelecer o *status quo ante*.

Isto porque, inúmeras vezes o dano ocasionado à vítima invade sua intimidade de modo tão avassalador, que sua reparação *in natura* se torna impossível. Quando isso ocorre o direito determina que a reparação seja por meio de valores econômicos, isto é, através da indenização, a qual é determinada como uma maneira de proporcionar ao vitimado o cumprimento da obrigação, com o intuito de garantir e satisfazer seus interesses, mesmo não satisfazendo seus princípios morais e emocionais.

O Novo Código Civil traz previsão legal no art. 946 de que a indenização deve ser medida pelo dano causado para fim de estabelecimento do montante da indenização a ser estipulada pelo julgador.

Entretanto, a profundidade da indenização é informada pelo princípio da responsabilidade patrimonial, ou seja, o causador do dano responde com o seu patrimônio pelos prejuízos causados a terceiros, salvo casos em que seja, possível, a execução pessoal e nos de intervenção de terceiro para a realização devida. Desse modo, não há limitação de valor para a reparação do dano, exceto nos casos de contratos em que há previsão de cláusula penal, vinculação de certos bens, delimitação por valor de seguro ou outros casos admitidos por lei.

Além disso, essa indenização não pode ser fonte de enriquecimento, não é instituída com o objetivo de proporcionar uma vantagem à vítima; seu fundamento ontológico é restabelecer o equilíbrio rompido pela prática do ato que deu origem ao dano, e destina-se a evitar novos prejuízos. Resumidamente, a indenização tem que abarcar a totalidade do dano, contudo, limitar-se a ele.

Das posições doutrinárias, fica claro que não haverá responsabilidade civil sem a ocorrência de um dano anterior, uma vez que esta decorre da ação ou omissão, dolosa ou culposa, cuja consequência é a produção de um prejuízo, conforme o artigo 159 do CCB. Sendo assim, o dano é a condição *sine qua non* da existência do prejuízo para o surgimento da responsabilidade e consequente possibilidade de ressarcimento a favor da vítima.

Porém, deve-se lembrar que há outras espécies de responsabilidade, fora a civil, quais sejam, a administrativa e a penal, sendo cada uma delas independente da outra por objetivarem fins diversos, e devido a isso é que podem ser aplicadas conjuntamente sem que haja a caracterização do *bis in idem*.

Desse ponto em diante, passa-se a expor determinados conceitos cujos conhecimentos são imprescindíveis para a total apreensão do tema do presente trabalho.

O primeiro deles é o dano, que é circunstância elementar da responsabilidade civil, só surgindo a obrigação de reparar se ele existir, assim como bem enfatizado anteriormente, uma vez que o ato ilícito civil só repercute na órbita do Direito Civil se causar prejuízo a alguém.

Deve-se entender o dano como a diminuição ou subtração de um bem jurídico, a lesão de um interesse. Para haver dano faz-se necessário que a diminuição se verifique contra a vontade do prejudicado. Sendo que nem todo o dano é ressarcível, só o sendo aquele que é certo e atual.

A concepção normalmente aceita a respeito do dano envolve a diminuição do patrimônio de alguém, em decorrência da ação lesiva de terceiros.

Desse modo, toma-se como palavra-chave para a conceituação de dano, a noção de prejuízo, seja material ou moral. Entretanto, a maior parte dos doutrinadores limita-se a vislumbrar os aspectos materiais desse prejuízo, quando ousam a conceituá-lo.

Nesse sentido é a posição de José de Aguiar Dias<sup>6</sup>, para quem o dano é estabelecido confrontando-se o patrimônio realmente existente após o dano e o que possivelmente existiria, caso o dano não tivesse sido produzido. Sendo assim, o dano é expresso pela diferença negativa encontrada nessa operação.

Essa tendência doutrinária, deve-se a prevalência da tese da irreparabilidade,

---

<sup>6</sup> DIAS, José de Aguiar. Da Responsabilidade Civil. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995, p. 133.

mais precisamente da não indenização, do dano moral, o que hoje já se encontra superado. Dessa maneira, mais abrangentes são os ensinamentos de Maria Helena Diniz<sup>7</sup>, para quem o dano é a lesão causada em qualquer bem ou interesse jurídico, patrimonial ou moral que, em decorrência de um evento, sofre uma pessoa, contra sua vontade.

Já, a culpa, em decorrência da natureza civil, caracteriza-se quando o agente causador do dano atua com negligência, imprudência ou dolo, conforme a interpretação do art. 159 do Código Civil.

No sentido clássico, a culpa é elemento, que representa o termo pelo qual a ação ou a omissão se liga à conduta do agente, trata-se, portanto, de um desvio do comportamento. Tradicionalmente, a culpa comporta dois elementos, o objetivo, que existe no fato, e o subjetivo, no agente.

A ofensa ao direito alheio pode ser proposital, isto é, dolosa, ou resultar da falta de diligência, ou seja, culposa stricto sensu. A culpa é precisamente a ofensa decorrente de conduta anormal, e não a ofensa em si. Desse modo, a culpa deve ser entendida em sentido amplo, abrangendo tanto o dolo como a culpa stricto sensu (imprudência, imperícia e a negligência).

Veja-se como o mestre Caio Mário da Silva Pereira conceitua culpa: “..., *pode-se conceituar culpa como um erro de conduta cometido pelo agente que, procedendo contra direito, causa dano a outrem, sem a intenção de prejudicar, e sem a consciência de que seu comportamento poderia causá-lo.*”<sup>8</sup>

Denota-se que em toda culpa há comportamento ilícito, visto existir violação do ordenamento jurídico, seja esta violação voluntária ou não, constante na lei ou em contrato. Sempre que uma norma de conduta for violada há comportamento culposos por parte do agente.

Contudo, não é suficiente que a vítima tenha sofrido um dano resultante de

---

<sup>7</sup> DINIZ, Maria Helena. Responsabilidade Civil, p. 74.

<sup>8</sup> PEREIRA, Caio Mário da Silva. Obra citada, p. 69.

um erro de conduta do agente, há de existir o nexo de causalidade entre o dano causado e a culpa, ou, *“é preciso esteja certo que, sem este fato, o dano não teria acontecido. Assim, não basta que uma pessoa tenha contravindo a certas regras; é preciso que sem esta contravenção, o dano não ocorreria”*<sup>9</sup>

No Direito Civil Brasileiro, atualmente predomina a Teoria da Causalidade Adequada, segundo a qual a causa do dano é aquela que é necessária e suficiente para ensejar a sua ocorrência. No entender desta teoria, é indiferente que haja concausas que agravem o dano, o que importa é que sem aquela que foi necessária e suficiente para que o dano ocorresse, este não existiria. Desse modo, o agente responde pelo dano efetivamente ocorrido, mesmo que tenha sido agravado por outras causas alheias a sua vontade.

## 2.1. RESPONSABILIDADE CIVIL SUBJETIVA

Para haver a responsabilidade civil e consequentemente a reparação ou o ressarcimento do dano causado, por meio desta teoria, faz-se necessária a presença de determinados requisitos para que o agente possa ser obrigado a responder pelos prejuízos causados à vítima.

De acordo com esta teoria (teoria da culpa) cabe à vítima comprovar a culpa do agente, ou seja, ela deve demonstrar como o comportamento do agente contribuiu com o ocorrência do prejuízo.

Assim, erige como pressuposto da obrigação de indenizar o comportamento culposo do agente, ou a sua culpa, isto significa dizer que o âmago da responsabilidade reside no comportamento contrário a direito do agente causador do dano.

A responsabilidade subjetiva está prevista no artigo 159 do Código Civil, que estabelece o dever de indenizar em decorrência da imputabilidade da conduta pelo ato ilícito à consciência do agente.

---

<sup>9</sup>Demogue. Traité des Obligations en Général, vol. IV, n.º 366.

A teoria da culpa continua presente no Novo Código Civil pois reza que é responsável pelo dano causado a outrem decorrente de ato ilícito praticado. Vê-se que continuam presentes os requisitos necessários para haver a responsabilidade civil através da teoria subjetivista. Estes elementos são o fato, o dano, o nexo de causalidade entre o fato e o dano e a culpa, esta relativa à ligação do agente com a situação fática que origina a indenização.

Sendo assim, para os defensores da teoria subjetivista só há o dever de reparar o dano causado pelo agente quando este agiu culposamente.

## 2.2. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA

Esta teoria desvincula a necessidade de haver culpa do agente para que haja a reparação do dano causado. Esta desvinculação se deve, principalmente, a inúmeros casos em que efetivamente ocorre dano mas a comprovação da culpa do agente pela vítima se torna difícil, para não se dizer, praticamente impossível, restando que a vítima remanesce sem a reparação do prejuízo que sofreu.

Para que alguém seja responsabilizado civilmente, sob o enfoque desta teoria, há de se demonstrar que o dano foi proveniente do risco criado pela atividade de quem o causou e o nexo de causalidade entre o ato ou fato danoso e o prejuízo causado. Em outras palavras, não há de se indagar da imputabilidade ou investigar a antijuridicidade do fato ou ato danoso, pois para assegurar a reparação do dano basta se verificar a ocorrência do fato e se dele emanou o prejuízo. Assim, não importa que a atividade desempenhada pelo causador do dano seja lícita ou não, o que importa é que ele ao desenvolver tal atividade assumiu o risco de vir a causar dano a outrem em virtude de tal atividade.<sup>10</sup>

---

10 O mestre Caio Mário Pereira, em obra citada, pág. 270, leciona: *“A meu ver, o conceito de risco que melhor se adapta às condições de vida social é o que se fixa no fato de que, se alguém põe em funcionamento uma qualquer atividade, responde pelos eventos danosos que esta atividade*



Contudo, a aplicação da responsabilidade objetiva fica adstrita a determinados casos legalmente previstos ou quando o prejuízo causado tenha sido decorrente de profissão ou atividade que expôs a vítima ao risco do dano que sofreu. Esta posição doutrinária, a qual admite a existência concomitante da responsabilidade subjetiva e da objetiva, que já vinha sendo adotada no ordenamento jurídico brasileiro, agora foi expressamente prevista no Novo Código Civil, como anteriormente citado, em seu art. 929, parágrafo único.

Esta teoria tem como alicerce a socialização dos riscos e o interesse de toda a sociedade em que os prejuízos causados ao patrimônio, seja ele de terceiros, particulares, públicos ou coletivos, sejam reparados no maior número de vezes possível. Isto porque, como anteriormente comentado, incumbir à vítima o ônus de provar a culpa do agente, é o mesmo que negar-lhe reparação e com o advento desta teoria a vítima ficou desonerada de provar a culpa do agente, sendo suficiente que comprove a existência do fato, sua autoria, o prejuízo que sofreu e o nexo causal entre eles.

A responsabilidade objetiva no Brasil primeiramente se apresentou em construções jurisprudenciais e doutrinárias, após foi recepcionada por diversas leis que excepcionaram a regra geral do art. 159 do Código Civil Brasileiro. Um dos casos onde o legislador adotou a responsabilidade civil objetiva foi em caso de danos ao meio ambiente, onde se obriga a reparação independentemente de haver culpa na conduta do agente, isto porque é o meio mais eficaz para se alcançar as metas de conservação do equilíbrio ecológico, para as gerações futuras, conforme o estabelecido no art. 225, da Constituição Federal.

Tal comando legal também é denominado pela doutrina pátria como **teoria do risco**, na qual *"aquele que, através de sua atividade, cria um risco de dano para*

---

*gera para os indivíduos, independentemente de determinar se em cada caso, isoladamente, o dano é devido à imprudência, à negligência, a um erro de conduta, e assim se configura a teoria do risco criado."*

*terceiros, deve ser obrigado a repará-lo, ainda que sua atividade e o seu comportamento sejam isentos de culpa. Examina-se a situação e, se for verificada, objetivamente, a relação de causa e efeito entre o comportamento do agente e o dano experimentado pela vítima, esta tem direito de ser indenizada por aquele."*<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> Rodrigues, Silvio. Direito Civil – Responsabilidade Civil. Editora Saraiva, 15ª Edição, p. 11/12.

### 3. CONTRATO DE SEGURO

O Contrato de Seguro é um contrato que tem como partes o segurador e o segurado, sendo que a este compete o pagamento do prêmio, que é a contraprestação devida ao segurador, em decorrência do risco que assume. Ao segurador compete pagar a indenização prevista ao segurado de seus prejuízos, na hipótese de ocorrer o risco previsto contratualmente.

O Contrato de Seguro está disciplinado no direito pátrio no Código Civil, em seus artigos 1.432 a 1.476. Seu conceito está expresso no artigo 1.432 do referido Código, como *“aquele pelo qual uma das partes se obriga para com a outra, mediante a paga de um prêmio a indenizá-la do prejuízo resultante de riscos futuros, previstos no contrato.”*

É um contrato bilateral, oneroso, aleatório e de adesão. É contrato bilateral, pois ambas as partes contraem obrigações decorrentes do referido contrato, ou seja, existe uma interdependência entre as obrigações de cada uma das partes.

Devido ao fato do segurado procurar obter uma proteção patrimonial, e o segurador visar obter vantagem patrimonial, é um contrato oneroso.

Trata-se de contrato aleatório, em razão de que, entre as prestações devidas não há equivalência, não há como saber, na contratação do seguro o se o segurador vai ter que arcar com a indenização ao segurado, caso o risco assegurado ocorra. Desse modo, denota-se que a aleatoriedade decorre da incerteza de se o segurador vai ter que cumprir a sua prestação estabelecida no contrato, caso se efetive o sinistro.

A aleatoriedade é uma característica evidente do contrato de seguro, pois, segundo a preclara professora Maria Helena Diniz<sup>12</sup>, *“o ganho ou a perda dos contraentes dependerá de fatos futuros e incertos, previstos no contrato, que*

---

<sup>12</sup> Maria Helena Diniz. Tratado Teórico e Prático dos Contratos: vol. 4. São Paulo: Saraiva, 1.993. p. 321.

*constituem o risco*”. A natureza aleatória do contrato de seguro advém de sua própria função econômico-social.

É consensual, pois surge por meio de acordo de vontades, consenso, independente de prática de outro ato subsequente para que se efetive. Contudo, necessariamente tem que ser expressado através da forma escrita prevista no Código Civil em seu art. 1.453.

O ilustre Professor Silvio Rodrigues defende o posicionamento de que o contrato de seguro é um contrato solene, tem forma específica está prevista em lei, ou seja, no Código Civil.

É contrato de execução sucessiva ou continuada, por tratar-se de negócio que se protraí no tempo, tem duração determinada com o objetivo de proteger o bem ou a pessoa. Tal duração será até o término da vigência do contrato, ficando o segurador obrigado a garantir os interesses do segurado previstos contratualmente durante toda a sua vigência.

Ao contratar um seguro, o segurado recebe da seguradora o indicativo de um valor denominado, prêmio, que deverá ser pago como garantia de que o risco seja assumido por ela. O prêmio é calculado com base no prazo do seguro, da importância segurada e da exposição ao risco. Em contrapartida, a seguradora fica obrigada a pagar a indenização, que é a contra-prestação do segurador. Ou seja, a importância que a companhia seguradora deverá pagar ao segurado no caso da efetivação de um risco coberto no contrato de seguro.

Além de todas estas características, o contrato de seguro é, primordialmente um contrato de boa-fé, a qual é exigida tanto do segurado, quanto do segurador, prevendo a lei sanções para quem contratar de má-fé, podendo até gerar a anulação do contrato. A boa-fé é da essência do contrato de seguro, pois ao contratar, o segurado deve fazer declarações verdadeiras, a fim de que a espécie de seguro contratado, e os riscos cobertos possam ser devidamente honrados pelo segurador, pois dependendo do risco a ser coberto, é que se definirá o valor do prêmio, e com o recebimento destes dos segurados, é que se propicia ao segurador formar um fundo que utilizará para o

pagamento das indenizações.

Ao segurador também é exigida a boa-fé, quando da entrega ao segurado das condições do seguro, para que tenha conhecimento das cláusulas, estas não podem estar redigidas de forma obscura, ambígua, pois neste caso não estaria o segurador contratando de boa-fé, visto ser direito do segurado de ter pleno conhecimento do contrato que firmou.

### 3.1. CLASSIFICAÇÃO DOS SEGUROS

Há diversas classificações das espécies de contrato de seguro, contudo, abordar-se-á , somente a subclassificação dos seguros privados em seguro de danos e seguro de pessoas.

Seguro de dano é o seguro onde se visa a recomposição do *status quo ante* do segurado após a ocorrência do sinistro, ou seja, há um ressarcimento dos danos verificados pelo segurado quando da ocorrência do evento danoso. Este ressarcimento tem que ser no exato valor do prejuízo sofrido pelo segurado, não se possibilitando o enriquecimento com o evento danoso.

Em contrapartida, o seguro de pessoas, é o que assegura danos causados à pessoa, seja decorrente de acidentes pessoais, ou até mesmo a morte da pessoa assegurada. Como a vida ou as faculdades humanas são insusceptíveis de avaliação econômica, os valores pagos em decorrência de sinistro são os constantes nas apólices, os quais foram previamente estipulados pelo contratante-segurado.

Após estes breves apontamentos, já se pode concluir que o seguro de responsabilidade civil por dano ambiental é um seguro de dano, visto ter como objetivo reembolsar o segurado até o limite da importância fixada na apólice do seguro, das quantias pelas quais vier a ser responsável, relativas a reparações por danos involuntários causados a terceiros. Contudo, a quantificação de um dano máximo possível, nesse caso, é de grande dificuldade, porque ninguém consegue predeterminar exatamente o tamanho do prejuízo que causará a outro.

O que realmente pode-se afirmar, é que em caso de não existir uma apólice de responsabilidade civil, os prejuízos a que estaria sujeito o segurado seria muito maior do que o que lhe resta retirar de seu patrimônio para ressarcir o prejuízo que causou a outrem.

Sendo assim, já se pode previamente ter uma noção da importância do seguro de responsabilidade civil por dano ambiental à quem lhe contrata.

#### 4. DANO AMBIENTAL

Antes de se trazer algum conceito de dano ambiental, há de se ressaltar que o dano ambiental pode ser o dano ambiental propriamente dito ou *lato sensu*, sendo que este engloba os danos ocasionados às propriedades e pessoas em decorrência daquele, qual seja, o dano ocasionado ao meio ambiente e seus demais componentes. Para ilustrar a diferenciação existente, transcreve-se o ensinamento de Branca Martins da Cruz:

*“Uma mesma ação sobre o ambiente pode ser causadora de diferentes danos, pessoais como patrimoniais ou ainda ecológicos. A poluição de um rio pode causar danos na saúde dos banhistas desprevenidos, das pessoas que bebam da água contaminada ou daquelas que consumam peixe aí pescado ou os produtos agrícolas cultivados nas suas margens; pode provocar danos patrimoniais aos proprietários e aos agricultores ribeirinhos, aos pescadores cuja subsistência dependa do rio inquinado ou aos operadores turísticos da região; como causará igualmente danos ecológicos trazidos na destruição da fauna e da flora do rio, assim como a perda da qualidade da água, necessários ao normal equilíbrio ecológico do ecossistema danificado.”<sup>13</sup>*

O dano ambiental foi pela primeira vez conceituado por DESPAX, conforme extraído da obra de Michel Prier<sup>14</sup>, que conceituou o dano ambiental, com base na conceituação dada por aquele, como sendo *“aquele que se constitui em um atentado ao conjunto dos elementos de um sistema e que por sua característica indireta e difusa não permite, enquanto tal, que se abra direito a sua reparação.”*

Desse modo, a priori, o dano ambiental é o dano experimentado pelo conjunto do meio natural ou por um de seus componentes independentemente de ter havido repercussões sobre pessoas e bens. Há de se considerar que o meio natural aqui

---

<sup>13</sup> CRUZ, Branca Martins da. “Responsabilidade Civil pelo dano ecológico: alguns problemas, em Revista de Direito Ambiental n. ° 5. São Paulo: Editora RT, 1997, pág. 7.

<sup>14</sup> PRIEUR, Michel. Droit de l’environnement. Paris: Dalloz, 1984, p. 1.036.

enfocado é patrimônio coletivo e não individual.

Denota-se, desta definição, que se está tratando do dano ambiental propriamente dito, visto que é distinto dos demais danos ocasionados a patrimônio particular de outros sujeitos de direito que não sejam a coletividade.

O dano ambiental *stricto sensu* é suportado por toda a coletividade, haja vista estar-se em frente de um bem inapropriável, de natureza difusa, que atinge um número indeterminado de pessoas, que tendo sua ocorrência materializada, deve ser cobrado por Ação Civil Pública ou Ação Popular, cuja indenização é destinada a um fundo.

Percebe-se que este dano é autônomo e específico em relação ao dano ambiental geral, isto porque pode ocorrer sem que necessariamente haja a ocorrência de prejuízos causados a terceiros, sujeitos de direito que foram lesados com a ocorrência do fato ou ato danoso a seu patrimônio individual. E, específico pois o Direito lhe concede particular tratamento, uma vez que o meio ambiente não tem preço, mas tem custo as degradações a ele causadas.

Em palestra proferida durante o Seminário Internacional de Direito Ambiental no Rio de Janeiro, GILLES MARTIN salientou a importância entre as duas espécies de danos capazes de serem ocasionadas por um mesmo evento, veja-se:

*“é o único meio de demonstrar que esse dano – que pode atingir bens privados, pois um bem privado pode apresentar um interesse coletivo (por exemplo, uma floresta, um corpo d’água), - ou bens públicos – acarreta um atentado a um patrimônio e a interesses coletivos que concernem tanto às gerações presentes quanto às gerações futuras. Isso justifica, evidentemente, um tratamento específico tanto no que concerne à avaliação do prejuízo quanto no que concerne às pessoas legitimadas para agir e, ainda, no que concerne às modalidades de reparação.”<sup>15</sup>*

---

<sup>15</sup> MARTIN, Gilles J. “Le dommage écologique dans la communauté européenne”. Palestra proferida no painel “O dano ambiental e sua reparação” durante o Seminário Internacional de Direito Ambiental, realizado no Rio de Janeiro, de 28 a 31 de outubro de 1991. In: Conferência Internacional de Direito Ambiental – Anais. Coordenação: Fernando Cavalcanti Walcacer. Rio de Janeiro: Editora Expressão e cultura – Exped, 1992, p. 302.



Esta bifurcação do dano ambiental está presente no Direito Brasileiro, podendo ser facilmente visualizada no art. 225, da Constituição Federal, onde de um lado se encontra o dano ambiental propriamente dito, que é aquele causado ao "bem de uso comum do povo" <sup>16</sup>(Art. 225 CF) de natureza difusa, atingindo uma pluralidade de pessoas, devendo ser cobrado por Ação Civil Pública ou Ação Popular e sendo a indenização destinada a um fundo e de outro lado o dano ambiental "privado", pois ocasionado ao patrimônio individual de algum ou alguns sujeitos de direito, ensejando o direito à indenização para que o prejuízo causado a seu patrimônio seja tornado o menos prejudicial possível (Cf. MILARÉ, Edis, *A Ação Civil Pública em defesa do ambiente*, in: o mesmo - Coord., *Ação Civil Pública - 10 anos*, 1995, Edit. RT, p. 207.)

Destaca-se, assim, que quando se conceituar o dano ambiental, deve-se levar em consideração seu conteúdo, qual seja, de um lado ele se apresenta como um fenômeno físico-material, por outro lado ele pode integrar um fato jurídico qualificado por uma norma e sua inobservância e que somente pode cogitar-se um dano se a conduta for considerada injurídica no ordenamento jurídico em questão.

Além das perdas e prejuízos resultantes do dano ambiental propriamente dito, deve-se incluir na indenização o dano social, entendido como:

*“O dano social refere-se ao impacto negativo causado ao bem-estar da coletividade pela degradação do meio ambiente e pela impossibilidade de fruição dos*

---

<sup>16</sup> Segundo a CF/88 o titular do bem jurídico ambiental é a coletividade social, integrada pelas gerações presentes e futuras. Os interesses difusos e coletivos não se referem a um titular específico, ou a um número perfeitamente denominado de titulares, mas pressupõe, no entanto aqueles interesses de uma coletividade mais ou menos determinada.

Mesmo que a objetividade material sobre a qual incida a conduta lesiva pertença a certo sujeito individual, este surge como sujeito passivo por via reflexa. O sujeito passivo principal da conduta sempre é a sociedade, titular do bem que constitui a objetividade jurídica dos crimes contra o meio ambiente descritos na Lei n.º 9605/98.

*bens ambientais durante o tempo necessário para que a integral restauração ambiental se perfaça, com o retorno à situação em que se encontrava antes da ocorrência do fato danoso, de modo que possa voltar a ser fruído por todos.”<sup>17</sup>*

Justifica-se ser um dano social por ter a Magna Carta, em seu art. 225, erigido o meio ambiente à categoria de bem de uso comum de toda a coletividade, garantindo, não só para esta como para as futuras gerações, o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, em caráter permanente. Sendo assim, quando este direito é afetado, independentemente do grau que isso ocorra, através da degradação ambiental, a coletividade fica privada deste seu direito, devendo ser incluído na indenização devida em decorrência do dano ambiental, também o valor da indenização decorrente do dano social<sup>18</sup>, uma vez que a sociedade ficou impossibilitada de usufruir do bem-estar que era proporcionado, da qualidade de vida que o recurso ambiental lesado proporcionava e da privação do equilíbrio ecológico.

---

<sup>17</sup> SAMPAIO, Francisco José Marques. Responsabilidade Civil e Reparação de Danos ao Meio Ambiente. – 2ª ed., revista e atualizada. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1998, p. 106.

<sup>18</sup> Justifica-se ser dano social em virtude do direito ambiental compor os direitos fundamentais do homem. Estes direitos estabelecem faculdades da pessoa humana que permitem sucinta classificação do seguinte modo: 1) o direito à vida e aos direitos de liberdade; 2) os direitos de participação política; 3) os direitos sociais, que abrangem os direitos de natureza econômica e cultural, e também ambiental; 4) direito de preservar a humanidade de todos os povos.

Interessa, ainda resumidamente, tratar sobre os direitos chamados sociais, por exemplo, aqueles que designam o direito ao meio ambiente preservado e da qualidade de vida.

É importante reparar, embora boa parte dos direitos sociais, tais como à segurança, ao ambiente, ao trabalho, à saúde, à habitação, à assistência judiciária, à educação e outros, enumerem quase sempre, nas Constituições políticas, obrigações do Estado, existem direitos cuja pessoa a quem compete a tarefa de assegurar o seu oferecimento e manutenção, é a generalidade dos cidadãos. É a situação que se pode observar no caso dos direitos relativos à criança, à adolescência, aos idosos, aos deficientes e à família, bem como à preservação do meio ambiente.

Dizer da generalidade dos cidadãos significa, portanto, chamar a todos: Estado, pessoas físicas, e pessoas jurídicas públicas ou privadas.

Estes direitos sociais preceituam obrigações onde a sociedade, ao lado do Estado, é pessoa participante e responsável pela efetiva expressão dos mesmos.

Ratifica-se esta afirmação no ensinamento de Luís Felipe Colaço Antunes<sup>19</sup>:

*“a necessidade de uma noção unitária de ambiente resulta não só da multiplicidade de aspectos que caracterizam as atividades danosa para o equilíbrio ambiental, por conseguinte de uma planificação global, mas também da necessidade de relacionar o problema da tutela do ambiente com os direitos fundamentais da pessoa, nomeadamente o da saúde”.*

Nesse sentido, também segue o ensinamento de José Afonso da Silva em seu livro Curso de Direito Constitucional Positivo:

*“qualidade do meio ambiente se transformara num bem, num patrimônio, num valor mesmo, cuja preservação, recuperação e revitalização se tornara num imperativo do Poder Público, para assegurar a saúde, o bem-estar do homem e as condições do seu desenvolvimento. Em verdade para assegurar o direito fundamental à vida. As normas constitucionais assumiram a consciência de que o direito à vida, como matriz de todos os demais direitos fundamentais do homem, há de orientar todas as formas de atuação no campo da tutela do meio ambiente. Compreender que ele é um valor preponderante, que há de estar acima de quaisquer considerações, como as de desenvolvimento, como as de respeito ao direito de propriedade, como as da iniciativa privada. Também estes são garantidos no texto constitucional, mas, a toda evidência, não podem primar sobre o direito fundamental à vida, que está em jogo quando se discute a tutela da qualidade do meio ambiente, que é instrumental no sentido de que, através dessa tutela, o que se protege é um valor maior: a qualidade da vida humana”.*

Denota-se nitidamente que o dano ambiental ao consistir na lesão ao equilíbrio ecológico e na agressão à qualidade de vida e saúde, acaba rompendo o equilíbrio do ecossistema afetando a saúde e a qualidade de vida da comunidade. O art. 3º, I, da Lei n.º 6.938/81 reza:

*“Art. 3º Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:*

*I – meio ambiente: o conjunto de condições, leis, influências e interações de*

---

<sup>19</sup> Antunes, Luís Felipe Colaço. Tutela dos Interesses Difusos em Direito Administrativo – para uma Legitimação Procedimental, Coimbra, Almedina, 1989, p. 47.

*ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas;”*

Vê-se que o meio ambiente se caracteriza pela interdependência e pela interação entre os vários seres que o constituem, sendo que os resultados de cada ação contra o meio ambiente são agregados a todos os danos ecológicos já causados. Desse modo, os resultados de cada ação lesiva ao meio ambiente se acrescem a todos os outros danos ecológicos já produzidos, não tendo como se apartar os prejuízos ocasionados a um componente do ecossistema por um determinado dano ambiental sem que outro componente também tenha sofrido as conseqüências deste prejuízo e sido majorado pelo efeito cumulativo desses danos. Disto decorre, que quando um dano ao meio ambiente ocorre resta que se torna muito difícil, para não se dizer impossível, que as coisas voltem a seu estado anterior. As seqüelas dos danos ambientais perduram; podem estender o dano ao longo de muito tempo ou, o que é pior e mais inesperado, começar a provocar danos muito tempo depois de ter acontecido o fato causador. A radiação é um exemplo clássico disto.

Já, os danos ambientais *lato sensu* são os danos ocasionados às pessoas, bens, patrimônio em decorrência do dano ambiental propriamente dito, ou dano ecológico como alguns autores costumam denominar, gerando a possibilidade de indenização ou reparação civil em dinheiro ou em espécie.

Fica claro que o dano ambiental gera uma dupla obrigação, quais sejam, a de recompor o ambiente em seu estado anterior, isto é, deve-se devolver o meio ambiente ao seu estado original “*status quo ante*”, e a de ressarcir os prejuízos econômicos sofridos pelos sujeitos individuais de direito em seus bens privados, na aplicação desta pena, leva-se em conta a situação econômica do infrator, a gravidade da infração e os motivos que o levou à conduta danosa.

Passa-se a fazer uma análise das características próprias do dano ambiental:

Uma das características mais marcantes do dano ambiental é a **pluralidade de vítimas**, pois ele afeta uma pluralidade difusa de pessoas, embora alguns aspectos

particulares da danosidade atinja individualmente determinadas pessoas, sempre há a difusão dos efeitos ocasionados pelo dano.

Outra característica é a da sua **difícil reparação**, isto porque, como anteriormente salientado, o dano ambiental sempre afeta o ecossistema, ocasionando que a reparação do dano muitas vezes não consegue substituir uma paisagem ou uma espécie extinta, inexistindo a reparação *in integrum*, a reparação ao *status quo ante* da natureza deteriorada. Desse modo é que se faz importante que a prevenção seja priorizada como leciona Fábio Feldmann<sup>20</sup>: *“É essa – a prevenção – a ótica que orienta todo o direito ambiental. Não podem a humanidade e o próprio Direito contentar-se em repara e reprimir o dano ambiental. A degradação ambiental, como regra, é irreparável. Como reparar o desaparecimento de uma espécie? Como trazer de volta uma floresta de séculos que sucumbiu sob a violência do corte raso? Como purificar um lençol freático contaminado por agrotóxicos?”*

O dano ambiental é de **difícil valoração** haja vista a dificuldade em se estabelecer parâmetros econômicos para que haja a sua reparação, isto porque está-se frente a bem difuso de grande complexidade, cujos efeitos ocasionados por um dano a ele causado dissemina-se no ecossistema, vai-se acumulando, além de que algumas vezes não se apresenta de imediato, tornando se visível só após algum tempo. Como não se bastasse os prejuízos materiais que ele ocasiona, há, também, após o advento da Lei n.º 8.884/94, mais especificamente em seu art. 88, a possibilidade de ocorrência de danos morais coletivos. Esta pode ser cobrada por meio de ações de responsabilidade civil em matéria de tutela de interesses transindividuais. Com grande propriedade, Carlos Alberto Bittar Filho mostra: *“os valores coletivos, pois, dizem respeito à comunidade como um todo, independentemente de suas partes. (...) o dano moral coletivo é a injusta lesão da esfera moral de uma dada comunidade, ou seja, é a*

---

<sup>20</sup> FELDMANN, Fábio José e CAMINO, Maria Ester Barreto. O Direito Ambiental: Da Teoria à Prática. Revista Forense. RJ, 1.992, v. 317, pág. 5.

*violação antijurídica de um determinado círculo de valores coletivos.*<sup>21</sup>”

Demonstrado está a dificuldade de avaliação criteriosa dos danos ambientais, sejam eles de ordem moral<sup>22</sup> e patrimonial.

Para ilustrar as características do dano ambiental pode-se trazer a tona o desastre ecológico ocorrido na baía de Guanabara quando do vazamento de óleo em 2001. Veja-se que o óleo matou milhares de peixes e outros organismos vivos que habitavam a região, diretamente, além do meio ambiente, este desastre ecológico afetou os pescadores da região, que ficaram sem poder pescar e prover a subsistência sua e de sua família por um bom tempo. Indiretamente, houve a diminuição de turistas na região e a população do Rio de Janeiro ficou impossibilitada de se banhar nas águas da Baía de Guanabara, desse modo, toda a coletividade foi afetada por este desastre. A reparação do referido dano deve abranger os danos materiais ocasionados aos pescadores, os danos morais causados à coletividade e a reparação ao mais próximo possível do *status quo ante* da região afetada, contudo esta não se dará de modo integral, uma vez que os poluentes se disseminaram pelo oceano, vindo a afetar regiões longínquas de onde o dano ocorreu.

---

<sup>21</sup> BITTAR FILHO, Carlos Alberto. Do Dano Moral Coletivo no Atual Contexto Jurídico Brasileiro. Revista de Direito do Consumidor. SP, 1.994, v. 12, pág. 50

<sup>22</sup> O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, na Apelação Cível n.º 2001.0001.14586, da 2ª Câmara Cível, já admitiu a indenização por dano moral decorrente de poluição ambiental. Transcreve-se:

*“Poluição Ambiental. Ação Civil Pública formulada pelo Município do Rio de Janeiro. Poluição consistente em supressão da vegetação do imóvel sem a devida autorização municipal. Cortes de árvores e início de construção não licenciada, ensejando multas e interdição do local. Dano à coletividade com a destruição do ecossistema, trazendo consequências nocivas ao meio ambiente, com infringência às leis ambientais, Lei Federal n.º 4.771/65, Decreto Federal 750/93, artigo 2º, Decreto Federal 99.274/90, artigo 34 e inciso XI, e a Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, artigo 477. Condenação a reparação de danos materiais consistentes no plantio de 2.800 árvores, e ao desfazimento de obras. Reforma da sentença para a inclusão do dano moral perpetrado à coletividade. Quantificação do dano moral ambiental razoável e proporcional ao prejuízo coletivo. A impossibilidade de reposição do ambiente ao estado anterior justificam a condenação em dano moral pela degradação prejudicial à coletividade. Provimento do recurso.”*

Do exemplo citado, pode-se denotar a presença das três características, a pulverização de vítimas (coletividade e outras pessoas que podem vir a ser afetadas posteriormente pelo derramamento do óleo), a difícil reparação (a afetação do equilíbrio ecológico da região só poderá ser restabelecida após muitos anos) e a difícil valoração dos danos (o valor do dano moral coletivo é de difícil mensuração).

Também, faz-se necessário salientar que mesmo sendo a fonte poluidora quantitativamente insignificante, o agente deste ato pode, mesmo assim, estar incidindo na prática de dano ambiental, isto porque para a caracterização do dano ambiental é a capacidade de suporte do meio ambiente que deve ser levada em conta e não a emissão ou o lançamento de efluentes.

Evidente que o dano individual correlato ao dano ambiental é de suma importância ao Direito, ensejando a integral reparação.

Após demonstrada a importância e complexidade do dano ambiental, faz-se necessária a abordagem da espécie de responsabilidade aplicada ao caso, qual seja, a responsabilidade objetiva em termos de danos ambientais.

#### 4.1. RESPONSABILIDADE OBJETIVA EM DANOS AMBIENTAIS

A adoção da teoria da responsabilidade objetiva em termos de dano ambiental se deve ao fato da necessidade de defesa dos direitos fundamentais e da manutenção do equilíbrio natural, essenciais para a qualidade de vida de todos os homens. Como ressaltado por Antônio Herman Benjamin os princípios clássicos da responsabilidade civil nunca foram eficientes para a reparação de danos ambientais. Veja-se:

*“Primeiro, porque o dano ambiental, via de regra, é de natureza difusa, atingindo toda a coletividade de pessoas. (...) Segundo, o regime jurídico da responsabilidade civil aquiliana exigia a prova da culpa (imprudência, negligência ou imperícia) do poluidor, para só então, aplicar o princípio poluidor-pagador. Apenas o dano culposamente causado era passível de indenização. E, como se sabe, provar que o violador agiu com*

*culpa era quase sempre – para não dizer sempre – impossível.*”<sup>23</sup>

Além do que, a teoria da responsabilidade objetiva está assente na concepção de que quem controla a fonte de risco e dela tira proveito deve igualmente suportar as respectivas desvantagens, traduzindo idéia de justiça de teor social, traduzido no princípio de Direito Ambiental, qual seja, o princípio do poluidor-pagador. Este é: *“aquele que impõe ao poluidor o dever de arcar com as despesas de prevenção, reparação e repressão da poluição. Ou seja, estabelece que o causador da poluição e da degradação dos recursos naturais deve ser o responsável principal pelas conseqüências de sua ação (ou omissão).”*<sup>24</sup>

Mais adiante prossegue:

*“O princípio poluidor-pagador não é um princípio de compensação dos danos causado pela poluição. Seu alcance é mais amplo, incluídos todos os custos da proteção ambiental, e ‘quaisquer que eles sejam’, abarcando, a nosso ver, os custos de prevenção, de reparação e de repressão do dano ambiental, assim como aqueles outros relacionados com a própria utilização dos recursos ambientais, particularmente os naturais, que ‘têm sido historicamente encarados como dádivas da natureza, de uso gratuito ou custo marginal zero.’”*<sup>25</sup>

A responsabilidade objetiva decorre da própria Constituição Federal de 1988, que em seu art. 225, parágrafo 3º estabelece o dever de reparar o dano causado ao meio ambiente sem estipular critério que indique que a responsabilidade civil se dará mediante prova de nexo causal e culpabilidade do transgressor.

---

<sup>23</sup> BENJAMIN, Antônio Herman V. “O princípio poluidor-pagador e a reparação do dano ambiental” In: Dano ambiental: prevenção, reparação e repressão. Coordenador Antônio Herman V. Benjamin., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1993, p. 234.

<sup>24</sup> BENJAMIN, Antônio Herman V. Obra cit., p. 228.

<sup>25</sup> BENJAMIN, Antônio Herman V. Obra cit., p. 231.



Desse modo, o parágrafo 1º, do art. 14, da Lei n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981, foi recepcionado pela Constituição Federal, verbis:

*“Art. 14 Sem prejuízo das penalidades definidas pela legislação federal, estadual e municipal, o não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação da qualidade ambiental sujeitará os transgressores:*

*(...)*

*§1º Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade. O Ministério Público da União e dos Estados terá legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente;”*

O projeto da Lei n.º 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, em seu art. 5º, previa disposição semelhante quanto à responsabilidade objetiva em danos ambientais à do parágrafo 1º, do art. 14, da Lei n.º 6.938/81, contudo este artigo foi vetado integralmente pelo Presidente da República, continuando em vigor o disposto em termos de responsabilidade na Lei n.º 6.938/81.

A lei em questão estabelece a responsabilidade objetiva em matéria de dano ambiental, estando afastada qualquer indagação sobre a culpa do agente poluidor. Contudo, há a necessidade de demonstração do nexo causal entre o dano havido e a ação ou omissão da qual decorreu o dano. Assim, faz-se necessária e imprescindível a ação ou omissão, o evento danoso e a relação de causalidade entre eles, para que haja a responsabilização do causador do dano.

Além de existir o prejuízo, é necessário estabelecer-se a ligação entre a sua ocorrência e a fonte poluidora. Quando existe somente um foco poluidor não há dificuldade jurídica para se estabelecer um liame causal, contudo não é o que ocorre quando há uma pluralidade de autores do dano ecológico.

José de Aguiar Dias salienta: *“A indivisibilidade do dano, portanto, pode*

*aparecer como consequência da dificuldade de fixar o montante do prejuízo atribuível a cada um, operando a fusão dos dois danos num só e único prejuízo. Seria, na verdade, injurídico beneficiar os autores do ato ilícito com a incerteza que só eles estão em condições de desfazer e uma vez que não haja outra solução capaz de atender ao imperativo da reparação ao lesado.*"<sup>26</sup>

Anteriormente à adoção da responsabilidade objetiva, ocorriam situações em que pessoas eram lesadas, porém era impossível se definir com precisão a culpa do agente causador do dano. Era reconhecida a existência deste dano, que alguém havia tido seu patrimônio lesado, todavia permanecia a vítima indene pela impossibilidade de se apontar com absoluta segurança a culpa do agente.

Aqui, não há a apreciação subjetiva da conduta do agente poluidor e sim a ocorrência do resultado prejudicial ao meio ambiente e consequentemente ao homem. Isto se deve, por estar o agente poluidor se apropriando indebitamente dos direitos dos demais homens, visto que a ocorrência de um dano ao meio ambiente representa um confisco ao direito de outras pessoas de gozarem do meio ambiente ecologicamente equilibrado, ou seja, de usufruir de água de qualidade, de ar puro, de viver com qualidade e saúde.

Exige-se que o dano causado seja grave, não eventual e anormal. Segundo Fábio Dutra Lucarelli: *"A gravidade consiste na transposição daquele limite máximo de absorção de agressões que possuem os seres humanos e os elementos naturais."*<sup>27</sup>

Já, a noção de não eventualidade consiste *"na necessidade de que haja o tempo suficiente para a produção de um dano substancial e grave, não se verificando, por exemplo, no caso de odores momentâneos"*<sup>28</sup>

Ainda no entendimento esposado por este autor:

---

<sup>26</sup> DIAS, José de Aguiar. Da responsabilidade civil, 6ª ed., v.2, p.514.

<sup>27</sup> LUCARELLI, Fábio Dutra. Responsabilidade civil por dano ecológico. Revista dos Tribunais, São Paulo, n. 700, p. 7-26, fev. 1994. p. 10

<sup>28</sup> LUCARELLI, Fábio Dutra. Obra citada, p. 10.

*“A anormalidade se verifica quando há uma modificação das propriedades físicas e químicas dos elementos naturais de tal grandeza que estes percam, parcial ou totalmente, sua propriedade de uso. Esta anormalidade está intimamente ligada à gravidade do dano, ou seja, uma decorre da outra, já que o prejuízo verificado deve ser grave e, por ser grave, é anormal.”*<sup>29</sup>

As condições de gravidade e não eventualidade do prejuízo devem ser analisadas no caso concreto, pois são conceitos que variam segundo a época e o local.

A adoção da teoria objetiva inverteu o ônus da prova, isto é, não há a necessidade de se demonstrar a causalidade entre a atividade do agente e o dano. Existe uma presunção de causalidade, cabendo ao acusado afastar sua responsabilidade. Isto se deve ao fato de que em determinadas situações presume-se a relação de causalidade para que se evite a ocorrência do dano, impondo ao potencial autor demonstrar e provar que sua ação não gerará danos ao meio ambiente.

Mas a principal característica contida na Lei 6.938/81 diz respeito à inserção da regra da teoria do risco, na qual *“aquele que, através de sua atividade, cria um risco de dano para terceiros, deve ser obrigado a repará-lo, ainda que sua atividade e o seu comportamento sejam isentos de culpa. Examina-se a situação e, se for verificada, objetivamente, a relação de causa e efeito entre o comportamento do agente e o dano experimentado pela vítima, esta tem direito de ser indenizada por aquele.”*<sup>30</sup>

Pacífico está que o ordenamento pátrio adota a teoria do risco para responsabilidade ambiental, o que se discute é sob qual modalidade. Há duas correntes, a primeira defende a teoria do risco criado, onde *“já que a responsabilidade do poluidor lhe é atribuída por sua atividade, não podem ser-lhe imputados prejuízos*

---

<sup>29</sup> LUCARELLI, Fábio Dutra. Obra citada, p. 10.

<sup>30</sup> RODRIGUES, Sylvio. Direito Civil – Responsabilidade Civil. Editora Saraiva. 15ª Edição. p. 11/12.

*que não decorram dela.*”<sup>31</sup> . Esta teoria admite excludentes, quais sejam, a culpa da vítima, a força maior e o caso fortuito.

E a teoria do risco integral, onde a responsabilidade é sempre plena, inadmitindo qualquer hipótese de excludente. Explica-a Fábio Dutra Lucarelli<sup>32</sup>: *“Por ela, a indenização é devida tão somente pelo fato de existir a atividade da qual adveio o prejuízo, independentemente da análise da subjetividade do agente, sendo possível responsabilizar todos aqueles aos quais se possa, de alguma maneira, ser imputado o prejuízo.”*

Sérgio Ferraz, entre outros doutrinadores, defendem que se deve adotar a teoria do risco integral, uma vez que em termos de dano ambiental está vedado *“pensar em outra malha que não seja realmente a malha bem apertada, que possa, na primeira jogada da rede, colher todo e qualquer possível responsável pelo prejuízo ambiental. Importante que, pelo simples fato de ter havido omissão, já seja possível enredar agente administrativo e particulares, todos aqueles que de alguma maneira possam ser imputados ao prejuízo provocado para a coletividade.”*<sup>33</sup>

Contudo, como bem conclui Jorge Alex Nunes Athias, muitos doutrinadores quando abordam a responsabilidade objetiva sob a modalidade do risco integral, mesmo não fazendo menção a esta denominação, deixam implícito que deve ser esta a modalidade adotada pelo ordenamento jurídico pátrio. Transcreve-se:

*“Embora não utilizem a expressão, muitas vezes pode-se deduzir isso pelos aspectos que consideram irrelevantes para a exclusão da responsabilidade. Enumeram especificamente a irrelevância do licenciamento do poder público, irrelevância da ilicitude ou normalidade da atividade; irrelevância da existência de pluralidade dos agentes poluidores; não invocação do caso fortuito e da força maior e pela atenuação da prova do vínculo de*

---

<sup>31</sup> LUCARELLI, Fábio Dutra. Obra cit., p. 15.

<sup>32</sup> Obra cit., p. 15.

<sup>33</sup> Citado por Jorge Alex Nunes Athias. Responsabilidade Civil e Meio Ambiente, em Dano Ambiental: prevenção, reparação e repressão. Coordenador Antônio Herman V. Benjamin, São Paulo: Editora RT, 1993, p. 238.

*causalidade, inversão do ônus da prova.*”<sup>34</sup>

Do ensinamento acima transcrito, denota-se que não importa se o dano ambiental foi causado por força maior ou se a atividade era lícita e licenciada pela Administração Pública, o explorador da atividade que acabou por ocasionar danos ao meio ambiente vai ter que indenizar os prejuízos causados por sua atividade. No caso de se provar a participação da Administração Pública (concedeu licença quando não a deveria ter concedido), admite-se a solidariedade na indenização, mas não a sua exclusão.

Tendo em vista a supremacia do interesse público, o ordenamento pátrio impõe a reparação do dano ambiental em toda a sua extensão, adotando para isso a responsabilidade objetiva, com o intuito de tornar mais fácil aos prejudicados pela ocorrência do dano ambiental a demonstração do nexo de causalidade entre o dano e a ação ou omissão que o causou.

---

<sup>34</sup> ATHIAS, Jorge Alex Nunes. Responsabilidade Civil e Meio Ambiente, em Dano Ambiental: prevenção, reparação e repressão. Coordenador Antônio Herman V. Benjamin, São Paulo: Editora RT, 1993, p. 244.

## 5. SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANO AMBIENTAL

Quando se busca solução reparatória ou indenizatória, em decorrência da responsabilidade civil por danos ambientais, freqüentemente se depara com a insolvabilidade do causador deste dano, inviabilizando que os gastos reparatórios e/ou as indenizações devidas sejam efetivadas. Desse modo, torna-se de pouca eficácia as leis que regulamentam a responsabilidade por danos ocasionados ao meio ambiente.

Do exposto, decorre a insurgência do seguro ambiental como mais um instrumento em defesa do meio ambiente, haja vista que, segundo Roberto Durço<sup>35</sup>, “*O ‘seguro ambiental’ guardaria em si, de forma equilibrada, o atendimento das obrigações reparatórias e indenizatórias de parte do agente poluidor, e ao mesmo tempo possibilitaria, com as devidas correções, a continuidade da atividade empresarial.*”

Este tipo de seguro possibilita que se satisfaça simultaneamente as necessidades das vítimas e que se reparta os riscos de ocorrência de danos ambientais entre os potenciais causadores. O segurado se garante por eventuais indenizações que venha a ser condenado a pagar a terceiros ou reparos que deva efetivar, em decorrência de seus atos que degradem o meio ambiente. Desse modo, o segurado transfere, através do contrato de seguro, mediante prêmio, à seguradora as conseqüências de danos ambientais que cause, pelos quais o segurado responde civilmente. Neste contexto, o seguro ambiental passa a ter efeitos de garantia para supostos acidentes ambientais e de prevenção, pela análise prévia de riscos que deve ser feita pela seguradora antes de contratar com o segurado.

O seguro de responsabilidade civil por dano ambiental garante a responsabilidade civil do segurado relativa a reparações por danos ao meio ambiente e conseqüentes danos corporais e/ou materiais involuntária e acidentalmente causados a

---

<sup>35</sup> DURÇO, Roberto. Seguro Ambiental, em Direito Ambiental em Evolução 1. Organizador Vladimir Passos de Freitas, Paraná: Editora Juruá, 2ª ed., p. 315.

terceiros em decorrência das atividades exercidas pelos segurados. Mister se faz que os danos ocorram dentro do território nacional e que seu fato gerador não seja anterior à data-limite prevista para os eventos na apólice.

A apólice de responsabilidade civil por dano ambiental define poluição ambiental nos seguintes termos:

*“A emissão, dispersão ou depósito de substância ou produto que venha prejudicar as condições existentes da atmosfera, das águas e do solo, tais como se apresentavam antes do fato poluente; e/ou*

*A produção de odores, ruídos, vibrações, ondas, radiações, emanações ou variações de temperatura que ultrapassem os limites de tolerância legalmente admitidos, EXCLUÍDOS CONTUDO OS DANOS RELACIONADOS COM RADIAÇÕES IONIZANTES OU COM ENERGIA NUCLEAR.”*

As seguradoras têm um papel fundamental em torno da prevenção de riscos já que, primeiramente, antes de dar a cobertura vai se assegurar de que o segurado adotou determinadas medidas para evitar a realização do sinistro. Em segundo lugar, o montante do prêmio decresce sensivelmente nos casos em que seja verificada uma adequada gestão ambiental por parte do segurado e, em contrapartida, o prêmio poderá alcançar montantes elevadíssimos, até mesmo a não cobertura do risco caso a atividade que se assegurará, não tenha uma gestão ambiental comprometida efetivamente com o meio ambiente.

Deste ponto de vista, a companhia seguradora poderia se constituir em uma verdadeira auditora em matéria ambiental e a contratação de um seguro de responsabilidade civil por dano ambiental se tornaria em uma útil ferramenta de gestão ambiental. Cada vez mais são exigidas auditorias ambientais às instalações antes de se concederem seguros às indústrias poluidoras. Estas auditorias fazem aumentar as custas de transação (possivelmente adicionando cerca de 10% aos prêmios).

Contudo, há de se ressaltar as dificuldades existentes nesta espécie de

seguro, como as dificuldades técnicas para se determinar a taxa de sinistros, a falta de elementos de referência confiáveis, uma vez que os riscos de danos ambientais têm aparecido unidos a outros riscos, sem que se haja identificado como risco autônomo. Há, inclusive, a dificuldade de que as causas de danos podem ser acidentais ou graduais (resultante da emissão repetida ou difusa das substâncias, das quais a acumulação acaba por produzir o dano).

Por último, resulta demasiadamente complicada a avaliação financeira do danos derivados do sinistro, e muitas vezes a magnitude do sinistro é tamanha que escapa da própria capacidade financeira das seguradoras.

Tendo em vista o exposto, mister se faz realizar um estudo do risco segurável<sup>36</sup> e das possíveis conseqüências do mesmo. Primeiramente, para se determinar o interesse segurável, deve-se estabelecer quais atividades se pretende assegurar. Realizar uma estimação do hipotético dano que cada uma delas possa ocasionar ao ambiente e mensurar em valores monetários esta estimação. Esta tarefa fica mais simplificada nos casos em que se realizar anteriormente o estudo de impacto ambiental, haja vista que os resultados por ele arrolados podem ser tomados como base.

Há de se estabelecer os alcances da responsabilidade ambiental a se assegurar. Sobre a base da estimação efetuada deve-se limitar os tipos de danos ambientais que serão cobertos pela apólice. Os danos como podem ser acidentais ou graduais, devem estar explicitamente previstos na apólice, porque eles obrigam o segurador da maneira pela qual estão previstos, sendo que não existindo a previsão, o segurador está obrigado por ambos.

Deve-se estabelecer as exclusões e as franquias, porque têm por objeto evitar que os segurados estendam sua cobertura além dos riscos previstos, excluindo a conduta negligente do assegurado. Obviamente, não é possível cobrir a poluição

---

<sup>36</sup> O risco é segurável se for possível determinar a frequência e a magnitude das perdas dentro de alguns limites razoáveis. Quanto maior for a incerteza, maior é o prêmio.



consciente e deliberada, que constitui falta grave, sinônimo de dolo.

Há de existir um consenso entre o segurador e o assegurado, levando-se em conta que os segurados exercem atividades diferentes, o risco por danos ambientais variará entre um e outro, com o qual resultará imprescindível que cada empresa ou indústria assegurada, confeccione conjuntamente com a seguradora a apólice que regerá sua relação contratual e a assegurabilidade do risco.

Um dos problemas mais invocados pelas companhias seguradoras na hora de cobrir a responsabilidade por danos ambientais, consiste na dificuldade que encontram no deslinde entre a contaminação sobreveniente por efeito do sinistro e os danos que acarreta, objeto da cobertura, e aquela preexistente, chamada de poluição histórica, sobre a qual a seguradora não responde. Para que este inconveniente para a contratação se dissipe, o correto seria o estabelecimento como condição prévia para a contratação de que seja feito um estudo sobre a linha de base ambiental<sup>37</sup>.

Finalmente, o potencial catastrófico do dano ambiental se traduz em indenizações imprevisíveis pela comunidade afetada, pois não há limites de espaço e tempo para que apareçam os danos e as queixas. Para a indústria de seguros, onde a capacidade de prever é um fator fundamental, a cobertura das responsabilidades geradas por estes danos se torna um problema quase insolúvel, justamente por causa da dimensão que se acabou de descrever.

Ressalta-se que na modalidade de seguro de responsabilidade civil por dano ambiental não existe estatística ou esta é ainda insuficiente, o que de pronto acarreta em uma limitação da possibilidade de aplicação eficaz e equilibrada deste instrumento jurídico, o qual auxilia na prevenção de degradação ao meio ambiente. Há, também, a insuficiência de conhecimentos científicos, que se manifesta no não conhecimento da totalidade de elementos químicos potenciadores da poluição (manifestação que ocorre *a priori*) e na dificuldade de estimação dos valores de indenização (manifestação que

---

<sup>37</sup> Consiste na descrição detalhada da área de influência de um projeto ou atividade de forma prévia a sua execução.

ocorre *a posteriori*).

Havendo o cumprimento por parte do segurado de todas as exigências da seguradora quanto aos equipamentos de segurança e demais implementações para evitar danos ambientais sugeridas após a auditoria ambiental realizada pela companhia seguradora, ocorrendo o dano e não sendo este doloso, a seguradora não pode se escusar em pagar a indenização a terceiros que foram atingidos pelos danos ambientais causados pelo segurado. Isto se dará dentro dos limites estipulados na apólice, não se obrigando a seguradora a arcar por danos causados não elencados na referida apólice.

O que deve ser bem evidenciado é que a contratação de um seguro de responsabilidade civil por dano ambiental isente o segurado de toda e qualquer agressão ao meio ambiente. Na apólice deve estar implementadas limitações contratuais que inibam o comportamento menos cuidadosa dos potenciais causadores do dano pelo simples fato de terem procedido à transferência de sua responsabilidade para uma seguradora. Exemplo disso é a concessão de direito de regresso contra o segurado que tenha cometido uma falta particularmente grave.

## 5.1. VANTAGENS DO SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANO AMBIENTAL

O seguro é a principal ferramenta de controle de risco, uma vez que transfere o custo das perdas para a entidade seguradora. O mesmo ocorre com os custos decorrentes do dano ambiental que seriam suportados por seus agentes.

Como anteriormente citado, esta espécie de seguro permite satisfazer as necessidades das vítimas e repartir os riscos de poluição acidental entre os potenciais causadores de dano ambiental.

Uma vez que as indenizações reclamadas pelas vítimas dos danos ambientais, geralmente ultrapassam os valores que o seu causador teria possibilidade em suportar, o seguro de responsabilidade civil assume inclusive importância social, possibilitando que as vítimas recebam a indenização a que efetivamente teriam direito.

Verifica-se, sob o ponto de vista do causador do dano ao meio ambiente, que este seguro permite a retomada de sua atividade econômica evitando situações de subprodução ou de até mesmo encerramento de suas atividades.

Há o desincentivo a comportamentos desleixados pelos potenciais causadores de danos ambientais, pela aplicação de prêmios de seguro diferenciados para agentes mais ou menos merecedores de confiança, situação que é ponderada na análise do risco efetuada pela seguradora. Assim, as companhias de seguros contribuem para a segurança ambiental através da prática de preços diferenciados consoante o nível de risco, e da atribuição de prêmios menores para as atividades que adotem comportamentos preventivos.

Também, apresenta papel social “ao exigir do segurado a preservação do bem, visando minorar o risco do sinistro, ou a tomada de medidas protetivas, com o intuito de diminuir as conseqüências do dano, tudo isso contribuindo diretamente para a redução dos níveis de poluição verificados.”<sup>38</sup>

Evidente está que o princípio da prevenção norteia a cobertura securitária, haja vista minora o risco e conseqüentemente os prêmio pagos. Sendo que esta característica, em específico, funciona como instrumento de controle ambiental.

Paulo Affonso Leme Machado<sup>39</sup>, registrando posição defendida pelo Prof. Mario Bessona, da Universidade de Gênova, traz como ponto favorável ao seguro de responsabilidade civil por dano ambiental que “*a existência de um organismo que vá garantir o pagamento da reparação do dano poderá influir beneficemente no espírito dos juízes, livrando-os da preocupação sobre a possibilidade de o poluidor fazer frente às despesas imediatas de indenização.*”

Há doutrinadores que defendem a posição de que o seguro de responsabilidade civil por dano ambiental tem o “perigoso efeito de poder produzir

---

<sup>38</sup> MELLO, Sergio Ruy Barroso de. Obra cit., p. 3.

<sup>39</sup> MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito Ambiental Brasileiro. São Paulo: Malheiros Editores, 4ª ed., 1992, p.242.

uma despreocupação com a ação preventiva de tutela do meio ambiente, visto que, se houver dano, há uma instituição obrigada a repará-lo.”<sup>40</sup>

Ora, este entendimento não há de prosperar visto que para os seguros serem concretizados, as seguradoras necessitam de algumas garantias, nomeadamente de que seus segurados cumpram a legislação ambiental. Além desta exigência, há ainda outras impostas pelas companhias seguradoras, antes da contratação do seguro, em decorrência da vistoria prévia<sup>41</sup> realizada pelo corpo técnico da seguradora, com a finalidade de levantar o potencial de danos a terceiros da atividade segurada.

---

<sup>40</sup> LUCARELLI, Fábio Dutra. Obra cit., p. 24.

<sup>41</sup> Geralmente a vistoria prévia se restringe ao controle e prevenção de perdas, isto porque é destinada mais à seguradora que ao segurado.

## 6. CONCLUSÃO

Em decorrência da responsabilidade civil objetiva, imprescindível é a contratação de seguro de responsabilidade civil por dano ambiental, haja vista que as vítimas dos danos ambientais não precisam provar a culpa dos causadores destes danos, bastando demonstrar o nexo de causalidade entre o dano e a ação ou omissão que o deu ensejo.

Desse modo, constata-se a irrelevância de se indagar da subjetividade da conduta do agente, bastando a configuração do prejuízo. Ocorre a inversão do ônus da prova, cabendo ao agente causador do dano desfazer a presunção de causalidade entre a sua atividade e o prejuízo.

Em decorrência disto e como forma de justiça social, propiciou-se um aumento das possibilidades de indenizações em decorrência de danos causados ao meio ambiente, isto porque estes danos, geralmente, trazem em si grande dificuldade para se comprovar a culpa do seu agente, o que é exigido quando se adota a responsabilidade civil subjetiva.

Sendo assim, o número de indenizações a que um causador de dano ambiental está sujeito aumentou além de que os danos emergentes podem atingir, por vezes, patamares de dimensões catastróficas, o que pode levar as vítimas a ficarem sem a justa indenização a que têm direito e ocasionar a inviabilidade da continuidade da atividade do agente do dano. Neste contexto é que se insere o seguro de responsabilidade civil por dano ambiental, o qual tem importantes implicações econômicas e sociais.

O seguro torna-se uma ferramenta útil e de fundamental importância para as consequências econômicas do dano ambiental, seja decorrente da indenização de danos materiais ocasionados a pessoas ou a bens de particulares, seja da limpeza, remoção ou eliminação de substâncias poluentes ou contaminantes, objetivando a neutralização ou limitação das consequências do sinistro ambiental. Estas despesas decorrentes da reparação do dano ambiental devem estar dentro dos limites exigidos

pelo legislador e estabelecidos na apólice.

Para que seja efetiva a implementação do contrato de seguro de responsabilidade civil por dano ambiental, há de se obter uma fórmula econômica atrativa à contratação do seguro para a companhia seguradora e para o segurado. De modo que o grande desafio consiste na obtenção de uma equação que reflita o equilíbrio justo entre o prêmio e o interesse segurado de modo que seja conveniente a celebração do contrato para ambas as partes, operando uma adequada proteção ao meio ambiente.

Primeiramente, a atividade seguradora necessita ter pautas claras à medição dos riscos envolvidos no interesse segurado, que possibilitará a aplicação de uma técnica correta de avaliação da extensão destes riscos. Dessa maneira, possibilita-se que se chegue o mais próximo possível do valor de um prêmio que seja atrativo e que não torne a contratação onerosa para nenhuma das partes envolvidas.

Como visto, as companhias seguradoras exercem papel fundamental em torno da prevenção de riscos já que, em primeiro lugar, nenhuma seguradora concederá cobertura sem antes se certificar que o segurado tenha tomado determinadas medidas para evitar a realização do sinistro. Em segundo lugar, o montante do prêmio decrescerá sensivelmente nos casos em que seja verificada uma adequada gestão ambiental por parte da atividade do segurado e, em contrapartida, este prêmio poderá alcançar montantes muito elevados. Porém, mesmo após a contratação do seguro, há de existir um acompanhamento das atividades desenvolvidas pelo segurado, mantendo a permanente preocupação com as medidas de prevenção dos danos ambientais, e consequentemente, dos danos segurados.

Além do mais, a existência de um contrato de seguro pode influir beneficemente nas decisões jurisprudenciais, haja vista que tendo conhecimento da contratação de um seguro de responsabilidade civil por dano ambiental as indenizações poderão ser mais justas. Contudo, os juízes têm que ter conhecimento da função mutualista do contrato de seguro, para que as penalidades impostas aos segurados sejam equilibradas.

Sendo assim, o Poder Judiciário deve estar preparado para a solução de lides envolvendo o problema ambiental adotando uma postura sensível à gravidade desta tarefa. O juiz não é mero aplicador do texto frio da lei, ele é sim distribuidor de justiça de quem se exige que garanta a qualidade de vida das atuais e futuras gerações.

Também, os segurados devem estar conscientes que assumiram compromisso de integração e coordenação em matéria de prevenção e segurança dos riscos ambientais, pois isto é requisito para o desenvolvimento da atividade seguradora, visando a seu permanente aperfeiçoamento, com a aplicação de normas técnicas mais claras e precisas, com o intuito de servir como instrumento propulsor de um desenvolvimento econômico mais saudável para o país.

## 7. BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Luís Felipe Colaço. **Tutela dos Interesse Difusos em Direito Administrativo – para uma Legitimação Procedimental**, Coimbra, Almedina, 1989.

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Curso de direito ambiental: doutrina, legislação e jurisprudência**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1992.

ATHIAS, Jorge Alex Nunes. Responsabilidade Civil e Meio Ambiente, em **Dano Ambiental: prevenção, reparação e repressão**. Coordenador Antônio Herman V. Benjamin, São Paulo: Editora RT, 1993.

BENJAMIN, Antônio Herman V. “O princípio poluidor-pagador e a reparação do dano ambiental” In: **Dano ambiental: prevenção, reparação e repressão**. Coordenador Antônio Herman V. Benjamin., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1993.

BITTAR FILHO, Carlos Alberto. Do Dano Moral Coletivo no Atual Contexto Jurídico Brasileiro. **Revista de Direito do Consumidor**. SP, 1.994, v. 12.

CONTADOR, Claudio R., **Desafios e Oportunidade no Mercado de Seguros: Uma Coletânea de Estudos**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999

CRUZ, Branca Martins da. “Responsabilidade Civil pelo dano ecológico: alguns problemas”, em **Revista de Direito Ambiental**. São Paulo, n.º 5, jan/mar. Editora RT, 1997.

Demogue. **Traité des Obligations en Général**, vol. IV.

DIAS, José de Aguiar. **Da responsabilidade civil**, 6ª ed., v. 2.

DINIZ, Maria Helena. **Tratado Teórico e Prático dos Contratos**, vol. 4. São Paulo: Saraiva, 1.993.

DURÇO, Roberto. Seguro Ambiental, em **Direito Ambiental em Evolução 1**. Organizador Vladimir Passos de Freitas, Paraná: Editora Juruá, 2ª ed..

FELDMANN, Fábio José e CAMINO, Maria Ester Barreto. **O Direito Ambiental: Da Teoria à Prática**. Revista Forense. RJ, 1.992, v. 317.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco & Marcelo Abelha Rodrigues. **Manual de Direito Ambiental e Legislação Aplicável**. São Paulo: Editora Max Limonad, 1997.

GOMES, Orlando. **Contratos**. Forense 1997

GUERRA, S. M-G. & HINOSTROZA, M. Questões ambientais e implicações econômicas: visão introdutória. In **Revista de Direito Ambiental**. São Paulo: Ed. RT, a. 1, n. 2, abril-jun, 1996.

LUCARELLI, Fábio Dutra. Responsabilidade civil por dano ecológico. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, n. 700, fev. 1994.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Malheiros Editores, 4ª ed., 1992.



MANCUSO, Rodolfo Camargo de. **Ação Civil Pública: em defesa do meio ambiente, do patrimônio cultural e dos consumidores (Lei 7.347/85 e legislação complementar)**. São Paulo: RT, 1999. 6. ed. rev. e atual.

MARCONDES, Ricardo Kochinski; BITTENCOURT, Darlan Rodrigues. Lineamentos da Responsabilidade Civil Ambiental. **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo, n.3, p. 108-149, jul./set. 1996.

MARTIN, Gilles J. “Le dommage écologique dans la communauté européenne”. Palestra proferida no painel “O dano ambiental e sua reparação” durante o Seminário Internacional de Direito Ambiental, realizado no Rio de Janeiro, de 28 a 31 de outubro de 1991. In: **Conferência Internacional de Direito Ambiental – Anais**. Coordenação: Fernando Cavalcanti Walcacer. Rio de Janeiro: Editora Expressão e cultura – Exped, 1992.

MELLO, Sergio Ruy Barroso de. PROBLEMÁTICA AMBIENTAL NO TERCEIRO MILÊNIO E A EXTENSÃO DO RISCO DIANTE DA MODERNIDADE DO CONTRATO DE SEGURO, FRENTE A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA, em **trabalho elaborado para apresentação na XXXVI Conferência da FIA**.

MIRANDA, Francisco Cavalcante, Pontes de Miranda. **Tratado de Direito Privado**. Rossoi, 1958 v. 45.

MIRANDA, Francisco Cavalcante, Pontes de Miranda. **Tratado de Direito Privado**. Rossoi, 1958 v. 46.

MIRRA, Álvaro Luiz Valery. Fundamentos do direito ambiental no Brasil. **Revista dos Tribunais**. São Paulo, n. 706, p. 7-29, ago. 1994. p. 13.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Responsabilidade Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 09ª edição, 1999.

POLIDO, Walter Antonio. **Uma introdução ao seguro de responsabilidade civil poluição ambiental**. São Paulo: Manuais Técnicos de Seguros, 1995.

PRIEUR, Michel. **Droit de l'environnement**. Paris: Dalloz, 1984.

RODRIGUES, Silvio. **Responsabilidade Civil**. Editora Saraiva. 15ª Edição.

SAMPAIO, Francisco José Marques. **Responsabilidade Civil e Reparação de Danos ao Meio Ambiente**. – 2ª ed., revista e atualizada. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1998.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 9ª ed. São Paulo: Malheiros, 1993.

STOCCO, Rui. **Responsabilidade Civil e sua interpretação jurisprudencial: doutrina e jurisprudência**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 4ª ed. Rev. Atualizada e ampl., 1999.